Ata da 13ª Reunião Ordinária do II Período Legislativo de 2021

Aos (29) vinte e nove dias do mês de setembro de 2021, (dois mil e vinte e um), por volta das 20 h, reuniram-se presencialmente em Sessão Ordinária os Vereadores que representam o Poder Legislativo deste Município. O Presidente abriu a Sessão e passou a condução dos trabalhos para que a Secretária Legislativa Adjunta fizesse a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi solicitada dispensa pelo Vereador José Anselmo da Silva e logo após foi colocada em votação, quando na ocasião foi aprovada por unanimidade dos Vereadores presentes. Na sequência o Presidente em comum acordo com os demais Vereadores suspendeu as proposituras impressas na pauta para a próxima sessão e iniciou os debates sobre os projetos da reforma da Previdência Municipal Belo Jardim – PREV. Foram convidados para fazer parte da composição da Mesa o Sr. Adelmo Monteiro, Presidente do Belo Jardim – PREV, Sr. Dácio Rossiter, auditor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Sr. Eduardo Barros, Consultor Previdenciário e Sra. Valdirene Cavalcante, Gerente de Benefícios e Previdência do Belo Jardim – PREV. O Presidente disse que iria na noite de hoje abordar esse tema tão controverso, mais necessário e de acordo com a Emenda Constitucional 103/19 que o Legislativo Federal deixou para que os Estados e Municípios dentro do prazo de 02 anos fizessem a sua parte. Na sequência passou a palavra ao Sr. Dácio Rossiter na qualidade de auditor do Tribunal de Contas para que o mesmo fizesse suas explanações. Foi quando o mesmo disse que a previdência deixou de ser uma questão apenas de servidores e passou a ter uma relevância social muito grande. Esse é um problema de toda a sociedade, e é importante debater este tema, e a importância da Câmara de Vereadores é fundamental. Disse que a Previdência chegou a valores preocupantes e em Belo Jardim existe um aporte a ser feito

Digitalizado com CamScanner

mensalmente em torno de R$ 1.700.000,00 (Um Milhão e Setecentos Mil Reais) e se a mesma tivesse sido bem gerida em gestões anteriores isso não estaria ocorrendo. Na sequência passou a palavra ao Sr. Eduardo Barros, Consultor Previdenciário, quando na ocasião iniciou sua fala dizendo que a necessidade da reforma se dá porque há matérias que os entes federados tem que fazer sob pena de não fazendo incluir o seu Município no sistema CIAF- CAUC e se o Município não cumprir com seu papel de mandar para esta Casa Legislativa matérias que têm que ser apreciadas, o Município deixa de receber transferências voluntárias, deixa de celebrar convênios e benefícios. Considerando que o problema da previdência é eminentemente técnica, a reforma da Previdência de Belo Jardim está em conformidade com a Emenda 103/19 e está dentro dos parâmetros legais. O primeiro ponto é preparar a questão da previdência a luz da questão demográfica, o segundo ponto aproximar os sistemas INSS e Belo Jardim PREV, a garantia do direito adquirido que o servidor tem de que, reunindo os requisitos para concessão do benefício ele não será prejudicado e às pessoas que não tem o direito adquirido que tenham garantia de implantação de regras de transição para que sejam minimizados os efeitos desse impacto. Disse que a expectativa de vida dos brasileiros aumentou e a população está envelhecendo, antigamente existiam poucos aposentados e muitas pessoas trabalhando para garantir essas aposentadorias, hoje a realidade é diferente, hoje a projeção é bem diferente, e futuramente ficará ainda pior, a conta não está fechando, a culpa é de fatores históricos e sociais e por questões alheias no passado não foram enfrentados. Um benefício previdenciário para não dar prejuízo tem que durar no máximo 13 anos. Hoje esses benefícios tem o dobro do tempo, ou mais, e deste modo não há como o sistema não quebrar. É um problema complexo, desafiador e complicado. Deste modo pela sua análise os Projetos que aqui tramitam estão

Digitalizado com CamScanner

corretos. Em sua condição de especialista não existe nada de ilegal nos Projetos. Na sequência o Presidente do Belo Jardim – PREV, Sr. Adelmo Monteiro também fez uso da palavra, disse que em virtude dos projetos serem muito complexos surgiu à ideia de se convidar especialistas na área para que fizessem explanações e esclarecimentos de dúvidas dos Vereadores e da população em geral. Disse que essas proposituras não eram apenas de Belo Jardim, e sim a nível nacional, a Emenda Constitucional de 2019, onde algumas situações são obrigatórias e outras situações podem ser discutidas e ajustadas. Na sequência, a Sra. Valdirene Cavalcante disse que a reforma estava dentro do parâmetro federal e que não traz coisas absurdas, disse ainda que os servidores do Belo Jardim – PREV estava aberto para trazer quaisquer esclarecimentos para a população em geral. Dando andamento à presente Sessão, o Presidente José Lopes disse que todos os Projetos de lei estão nas comissões competentes para serem analisados, há ainda um tempo para debater, e achava conveniente e necessário que fossem feitas audiências públicas para sanar todas as dúvidas. Passou a palavra aos Vereadores quando na ocasião o Vereador Rômulo Holanda disse que esses projetos doíam na alma, e de repente no meio do caminho, os Vereadores são pegos de surpresa com esse projeto, agora que o projeto já estava pronto era tarde para marcar audiência pública, e o Poder Executivo diz que se os Vereadores da oposição não aprovarem Belo Jardim será prejudicado. Disse ainda, que fez um pequeno estudo e as obrigações do ponto de vista legal é de aumentar a alíquota mínima para 14%, o que já foi feito, criar uma previdência complementar e proibir os pagamentos de benefícios temporários através de RPPS - Regime Próprio da Previdência Social. Perguntou ao Sr. Eduardo se essa exigência legal de se aprovar é apenas a esses três itens? O mesmo respondeu que a questão previdenciária é matemática e não jurídica, a situação atual em que se encontra o Belo Jardim – PREV, quanto mais

Digitalizado com CamScanner

tempo adiar, maior será o débito atuarial. Disse que legalmente não havia a obrigatoriedade de se fazer nada além desses três itens, porém para a sobrevivência do Belo Jardim – PREV é extremamente necessário. Na sequência o Vereador Rômulo, disse que ninguém duvidava da necessidade da reforma, mas não com essa urgência, disse que esses debates eram para terem sido feitos com antecedência, antes da elaboração do Projeto, agora o máximo que poderá ser feito é apresentação de emendas ao projeto. Na sequência perguntou ao Presidente do Belo jardim – PREV como fica a questão da paridade e integralidade depois da reforma com os servidores que estão no serviço público e como serão feitos os cálculos de pensões das viúvas ou filhos de servidores públicos? O Sr. Dácio Rossiter disse que sentia muito a Casa não estar lotada de servidores, elogiou o Vereador Rômulo Holanda por ter estudado o tema e se colocou à disposição para um debate com a sociedade, para mostrar a importância das pessoas saberem sobre os projetos, respondendo uma das perguntas pelo Sr. Adelmo, disse ainda que a questão da paridade acabou no final de 2013 com uma Emenda Federal, quem entrou no serviço público até esta data ainda terá direitos e quem entrou depois não tem nem o que discutir. O Sr. Adelmo Monteiro respondeu a pergunta sobre as pensões, e disse que hoje quando o servidor efetivo falece o conjugue fica com 100% daquela pensão e é vitalícia, foi encaminhado junto com os projetos a proposta por pensão por morte, e no novo caso se este servidor se aposentar e vier a falecer ao invés de ser vitalícia terá escalonamento, será de 03 anos para o conjugue menor de 21 anos de idade, de 06 anos para o conjugue que tenha entre 21 e 26 anos de idade, de 10 anos para o conjugue que tenha entre 27 a 29 anos, de 15 anos para o conjugue que tenha entre 30 e 40 anos, será de 20 anos par aos que tenham entre 41 e 43 anos de idade e vitalícia para o conjugue acima de 44 anos, essa foi a proposta. Rômulo Holanda perguntou ainda quanto o servidor terá que pagar do seu salário para a

Digitalizado com CamScanner

previdência complementar, ao que Adelmo respondeu que é de 8,5%, e que a partir da sansão desses projetos todo servidor que entrar no setor público que ganhe acima do teto do regime geral que é de R$ 6.433,00 (Seis mil quatrocentos e trinta e três reais) o excedente será encaminhado para uma previdência complementar e acima deste teto ele vai contribuir no percentual de 8,5% acima desta parcela. Hoje em regra pelo regime geral aquele que ganha acima deste teto só contribui até o teto, porque o regime geral também só vai aposentar com esse valor. Ao final, Dr. Rômulo agradeceu pelas respostas obtidas. O Vereador Reginaldo Silva Santos perguntou sobre a questão da idade que os funcionários terão que ter para poder se aposentar? Os professores que estão próximos da aposentadoria, faltando um ano ou menos, como serão destinadas essas questões? Essa reforma vai atingi-los? Adelmo respondeu que nas propostas que foram encaminhadas, hoje é 60 para homens e 55 para mulheres, no caso dos professores há um redutor de 05 anos. Na proposta há um período de pedágio, quem está para se aposentar os casos serão analisados separadamente, caso a caso, vai ter um período de transição para os servidores que estão perto da aposentadoria, não terão que trabalhar o mesmo tempo de um servidor novo. Na sequência o Vereador Euno Andrade Filho perguntou porque o item no que diz respeito a contribuição que seria discutida e apreciada a respeito do aposentado contribuir, este valor é um mecanismo pela previdência ou um cálculo feito pelo governo? Se o contribuinte recebe dois mil reais ou mais, vai contribuir com 14%, quem ganha R$ 6 mil também vai contribuir com 14%? O Sr. Adelmo Monteiro disse que serão taxados os pensionistas que tem seu salário superior a R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), essa taxação já existe para os servidores que tem o teto salarial acima. Dando continuidade o Vereador Edvaldo Alves Vieira perguntou ao Sr. Adelmo Monteiro o porquê que o Poder Executivo não fez uma convocação dos funcionário efetivos, para debater sobre o projeto

Digitalizado com CamScanner

antes da confecção do mesmo e antes de ter sido enviado a esta Casa. Adelmo disse que quando o governo enviou os projetos para esta Casa a ideia seria a de que seriam realizadas audiências públicas, disse ainda, que ao ser convidado para prestar esclarecimentos acerca dessas propostas, convidaram os especialistas previdenciários, os Presidentes de Sindicatos foram convidados também, a deliberação, apreciação, ajustes seriam feitos nesta Casa. O Vereador Edvaldo disse que esses pacotes teriam que ser discutidos com os servidores e agora o Executivo estava colocando a responsabilidade na Câmara de Vereadores, quando o ideal é que seja feito entre o Executivo com o funcionalismo público e com relação às Associações e Sindicatos, eles foram convidados mais não tiveram tempo hábil para se preparar. O Presidente José Lopes disse que foi problema de agenda dos especialistas, a princípio a reunião estava marcada para amanhã quinta feira, os Projetos foram encaminhados para às Comissões Competentes na data certa e há tempo suficiente para convidar as pessoas. Na sequência o Vereador Nilton Senhorinho iniciou fazendo uma indagação, disse também ser servidor público há 21 anos, e falou como quem vai sentir na pele o que vai ser decidido nas próximas semanas, disse ainda que a discussão era política, e que estes dias estiveram com representantes de diversas categorias bem como, as diversas entidades que os representam, e quando foi marcada esta Sessão para que o Sr. Adelmo Monteiro viesse com os técnicos para esta Casa, prestar esclarecimentos sobre os projetos, levantou-se a questão na reunião das Comissões da Lei Orgânica e Regimento Interno, de que os servidores não haviam sido convidados, e para sua surpresa não foram. Disse que a presença dos servidores na noite de hoje poderia servir de mote para dizerem que os projetos foram discutidos com os servidores, então de fato nem os Vereadores estão preparados para um debate, os técnicos presentes tem muito conhecimento sobre o tema, a Prefeitura de Belo Jardim fez uma

Digitalizado com CamScanner

publicação no dia 27 de setembro, dizendo que hoje o órgão Tribunal de Contas do Estado estaria dando uma palestra sobre a reforma administrativa previdenciária, ao que perguntou ao Sr. Dácio Rossiter se estamos aqui hoje com o órgão Tribunal de Contas ou com o auditor do Tribunal que veio até o Município não oficialmente pelo órgão para tratar de Previdência? Para as Associações e Sindicatos foi informado que seria um debate, em Plenário foi dito que era um convite para o Presidente do Belo Jardim – PREV se fizesse presente, no Portal da Prefeitura foi colocado que seria uma Palestra ministrada pelo Tribunal de Contas e convocada pela Prefeitura. Qual é a segurança que o servidor tem para debater um tema tão complexo se até agora eles não foram chamados e nem ouvidos. Disse ainda que pretendem pelas Comissões convocar audiências públicas e ouvir as opiniões de técnicos nos debates. Disse ainda que segundo o Ofício do Tribunal de Contas até o dia 13 de novembro os Projetos terão que estar aprovados, os Vereadores estão sendo abordados nas ruas e não sabem o que responder, e é preciso saber na prática se há necessidade de fazer todas as reformas agora. Há servidores que talvez não se incomodem porque tem outros meios de sobrevivência, porém há outros que irão sentir muito. Disse que se tiver que escolher entre o técnico e o político irá votar contrário ao projeto, não por conta de bandeira partidária e sim, por tomar partido dos servidores. Disse ainda que se não houvesse uma proposta no meio do projeto referente a Emenda a lei Orgânica e que esta precisa de 10 votos, as discussões nem estariam ocorrendo mais. O que vai emperrar a votação destes projetos não é a questão de oposição. O Governo teve muito tempo para enviar o projeto, então não venham dizer que a culpa será dos Vereadores da oposição. É preciso ter calma. O Presidente disse que o rito continuou o mesmo, os Projetos chegaram, foram encaminhados às Comissões e o que aconteceu foi uma oportunidade para que os técnicos estivessem aqui na noite de hoje. Disse ainda que sempre

Digitalizado com CamScanner

foi uma pessoa aberta, e tem a certeza que está exercendo plenamente sua função. Disse que a presença do Presidente do Belo Jardim PREV Sr. Adelmo Monteiro era apenas uma visita e tratou de um assuntos que talvez nunca foram discutidos com tanta transparência. Prosseguiu dizendo que nunca foi omisso, que está passivo de erros e pediu desculpas. Nilton Senhorinho disse que iria lembrar o Presidente que ninguém iria dizer o que um Vereador pode ou não pode falar, disse que ambos chegaram nesta Casa, através do voto, jamais passaria pelas prerrogativas do Presidente e não era menino pra ficar levando carão. O Sr. Dácio Rossiter disse que houve um convite para que o Tribunal de Contas enviasse um técnico, ele disse que em nenhum momento entrou no Projeto de Lei que estava sendo apreciado, falou apenas da importância de uma discussão e da importância da reforma da Previdência. Disse ainda que não viria a esta Casa se o Tribunal não o tivesse designado. Agradeceu o convite e disse esperar que sua visita tenha contribuído e esclarecido algumas dúvidas. A Senhora Valdirene Cavalcante agradeceu a todos que acompanharam a Sessão e mais uma vez ressalta que a população e os servidores que tiverem interesse em tirar suas dúvidas que estarão à disposição dos servidores. O Sr. Adelmo Monteiro também agradeceu o convite e a oportunidade e agradeceu aos Srs. Dácio e Eduardo, disse também estar à disposição para dirimir quaisquer dúvidas e quer achar soluções, algumas coisas podem desagradar a população, mais não é só Belo Jardim que está passando por isso, as mudanças são necessárias para que se possa num futuro próximo ter uma previdência que honre com seus pagamentos. O Presidente José Lopes também agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a presente Sessão, marcando a próxima para o dia 05 de outubro do corrente ano. Sala das Sessões, 29 de setembro de 2021.

Digitalizado com CamScanner